

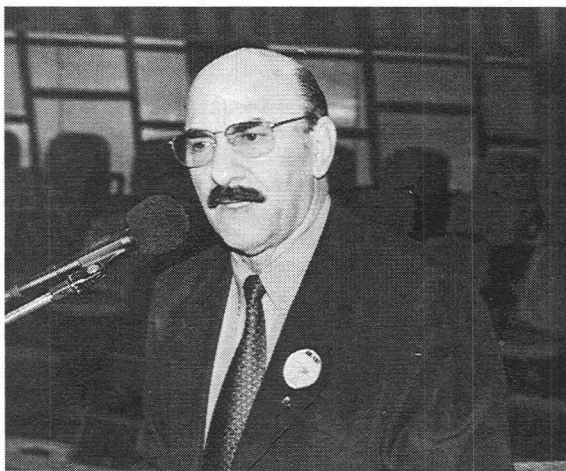
NOTÍCIAS DA ASSEMBLÉIA-SC

Florianópolis, 27 de abril de 2001

Ano 3 Nº 55

Ibama concede licença para duplicação da BR-101/sul

O deputado Manoel Mota (PMDB) comemorou a licença ambiental prévia concedida pelo Ibama, ao DNER para duplicação do trecho sul da BR-101 nesta quarta-feira (25) em Brasília. O parlamentar destacou a importância da autorização para o início das obras entre Florianópolis e Osório (RS). “Derubamos o último entrave. A partir de agora, o DNER poderá abrir o processo licitatório e o projeto poderá sair do papel”, afirmou.



Deputado Manoel Mota

A licença prévia, assinada pelo presidente do órgão, Hamilton Casara, vai permitir a duplicação da pista, a construção de novas pontes, viadutos e túneis, bem

como a recuperação e restauração da pista existente. No documento, o Ibama ainda contempla a construção de pistas independentes, como a transposição do Mor-

ro Agudo; da zona urbana de Cabeçadas e Canal das Laranjeiras, do Banhado de Maracajá e do contorno da zona urbana de Araranguá. A licença ambiental tem validade de um ano.

Segundo Mota, o ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, garantiu, durante a audiência no Ibama, que nos próximos dias entrará em contato com os bancos internacionais para liberação dos recursos. “Há negociações com um banco americano e outro japonês”, revela.

Satisfeito com o resultado da audiência, o deputado do PMDB, que preside a Comissão Especial da BR-101 na Assembléia, elogiou o empenho de parlamentares, prefeitos, lideranças comunitárias e da imprensa catarinense. “Essa foi uma conquista de todos que querem ver a 101 duplicada”, resumiu.

(foto Jonas Lemos Campos)

AL aprova prorrogação de prazo da CPI da Sonegação

Os deputados aprovaram por unanimidade nesta semana o requerimento da presidente da CPI que investiga denúncias de sonegação fiscal em Santa Catarina, deputada Ideli Salvatti (PT), solicitando a prorrogação do prazo das atividades da Comissão por mais 60 dias.

O líder da bancada do PFL, deputado Julio Garcia, que também integra a Comissão, garantiu que os demais parlamentares pertencentes ao partido são favoráveis à continuação das investigações para que os trabalhos sejam concluídos. Reiterou que a CPI não tem objetivo político-partidário nem se trata de instrumento para prejudicar o governo ou beneficiar as oposições. “Estamos interessados na identificação dos sonegadores de impostos, pois estes, sim, é que causam prejuízo aos cofres públicos, desviando recursos que por lei pertencem ao Estado”, frisou.

O deputado Milton Sander, líder da

bancada do PPB, fez questão de esclarecer que seu partido também não é contrário à continuação das investigações por parte da CPI, como estava sendo divulgado.

Novos depoimentos - Reunidos extraordinariamente nesta quarta-feira (25), os deputados que integram a CPI elaboraram um cronograma de depoimentos até o dia 16 de maio, com destaque para o da próxima quinta-feira (3), quando o procurador-geral do Estado, Walter Zigelli, vai prestar esclarecimentos sobre a dívida ativa do governo. No dia 8 de maio será a vez do contador de Pomerode Jairo Medeiros da Silva, que foi preso recentemente com blocos de notas fiscais de empresas sediadas em Goiás e Rio Grande do Sul. Para o dia 9 de maio está previsto o depoimento de Luiz Antônio Agripino, fiscal de mercadorias em trânsito da Secretaria de Estado da Fazenda em Joaçaba. No dia 15 será a vez de Advair Krautchychyn, fiscal de tributos estaduais, lotada em Canoinhas. No dia seguinte (16), virá o proprietário

da Nilcatex Confecções Ltda., Eldo Umbelino, que por três vezes não compareceu à CPI para depor sobre a denúncia de sonegação fiscal de sua empresa.

A Comissão decidiu também instalar o grupo de trabalho, que será responsável pela apresentação de propostas para alteração da legislação tributária, no dia 2 de maio, às 13h30min.

Caso Besc poderá ter plebiscito

Página 3

Definição de rotas para tráfego pesado

Página 5

OPINIÃO

Cimento que deve ser valorizado



Segurança é a palavra que nos garante tranquilidade e diz um não à violência, que tanto nos ameaça no mundo moderno. Segurança, hoje, é palavra chave. Funciona quase como o cimento na construção de um grande prédio. Está ali, presente desde o início dos alicerces, mas, no final, quando a obra estiver concluída, muitos nem vão se dar conta da importância de sua participação no conjunto.

A segurança pública nunca chama a atenção quando é eficiente, permitindo que toda a sociedade funcione em harmonia, produzindo qualidade de vida, respeito e cidadania. Se falhar, no entanto, será motivo para manchetes nos jornais, na televisão, seja por um crime ou uma tragédia.

Assim é a questão da segurança para o público em geral: todos sabem de sua importância, não esquecem do tema quando apontam suas prioridades, mas, quase sempre, deixam de perceber sua real dimensão no nosso dia-a-dia.

Sem segurança de qualidade - que só é possível com policiais treinados, equipados e bem remunerados - como funcionariam as demais áreas? Como se estruturariam segmentos como o da saúde ou da educação? Como ficaria, na prática, a questão simples mas fundamental do direito de ir e vir do cidadão?

No entanto, a aparente falta de visão do Estado sobre a importância da gama de atividades que envolve a segurança pública - da prevenção ao

efetivo combate a criminosos, passando por aspectos como defesa do meio ambiente, atendimento ao cidadão, policiamento do trânsito, trabalho de socorrista, assistência a colegiais ou mesmo a uma parturiente - é o que motiva a atual situação, em que se evidencia a inexistência de políticas públicas eficazes para tal área, a falta de programas e projetos de profissionalização e valorização dos servidores envolvidos com a segurança pública.

Hoje, é desumano imaginar que um cidadão casado, com família constituída, possa desenvolver a contento atividades que atendam as expectativas da sociedade. O governo não pode pensar em serviço de qualidade na segurança pública sem enfrentar com determinação os problemas decorrentes da defasagem salarial, da falta de assistência na área da saúde, da necessidade constante de reequipamento, de treinamento para a profissionalização permanente dos servidores, de políticas para a reposição dos efetivos.

A segurança pública, que é feita com a agregação de várias instituições e segmentos, como polícias Militar e Civil, agentes prisionais, guardas municipais, Corpo de Bombeiros, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal, necessita da devida atenção dos governantes, em todas as esferas da administração pública.

Ou seja, o cimento que permeia a sociedade, garantindo sua tranquilidade, precisa ser devidamente valorizado.

Deputado Jaime Mantelli (Líder do PDT)

Indústria das multas



Há uma verdadeira indústria de multas no trânsito, tanto nas rodovias estaduais, como nas cidades. Nas rodovias estaduais, os radares "de tocaia" existem só para extorquir. Jamais para prevenir ou orientar. Nas cidades é a mesma coisa. A mesa do juiz, no fórum de Itajaí, recebe uma média de 60 mandados de segurança por dia, motivados por multas de trânsito. É um sintoma da febre.

O convênio entre Prefeitura Municipal, Polícia Civil e Polícia Militar é um filão para a indústria das multas. A ordem vem de cima. Quanto mais multas, maior a partilha. Cobre omissões do governo. Muitas "blitz" só têm este objetivo. Mas a verdadeira missão da Polícia Militar é a segurança pública. Trânsito é desvio de função. Para tanto, o município deve criar a sua guarda municipal de trânsito, previsto no art.144, § 8º da Constituição Federal e no Código Nacional de Trânsito.

Por tudo isso estou propondo projeto de lei para "dispensar" a Polícia Militar de atuar no trânsito das cidades catarinenses. Resolvi recolher dados e denúncias nos 11 municípios da Amfri e em outras regiões do Estado para estudar esse assunto. O zunzum sobre a indústria das multas já vem de longa data, e vários fatos me chamaram atenção, como o caso

envolvendo o prefeito do município de Bombinhas, "Kanô", que, tentando evitar multas em veículos de comerciantes e turistas estacionados em áreas permitidas pelo município, foi preso e algemado, de forma arbitrária e injustificada durante uma "blitz".

Em janeiro deste ano policiais militares de Itajaí denunciaram que são obrigados a cumprir uma cota de multas diárias nas ruas. A denúncia foi publicada no Diário do Litoral e, recentemente que eles são obrigados a cumprir, no total, uma cota de 50 multas/dia.

Ouvi, ainda, de uma fonte confiável que em Porto Belo, no período de janeiro até 15 de fevereiro, as multas de trânsito teriam que ser suficientes para a aquisição de dois veículos.

Em fevereiro, fui surpreendido com a notificação de uma multa porque um veículo de minha propriedade teria avançado o sinal vermelho, quando no dia e na hora da ocorrência este veículo estava na garagem, em Itajaí. Fiquei sabendo que queixas de multas deste tipo são comuns. Há algo suspeito, contraditório e forjado.

Até provar o contrário, suspeito que existe uma verdadeira indústria de multas em Itajaí, em Balneário Camboriú, em outras cidades da nossa região e, por extensão, em Santa Catarina. Reitero: não defendo a impunidade, mas algo está errado e precisamos colocar isso em "pratos limpos"!

Deputado Volnei Morastoni (PT)

Mesa:

Presidente: Onofre Agostini (PFL)

1º Vice-Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)

2º Vice-Presidente: Sandro Tarzan (PTB)

1º Secretário: Manoel Mota (PMDB)

2º Secretário: Odete de Jesus (PL)

3º Secretário: Francisco de Assis (PT)

4º Secretário: Ivo Konell (PMDB)

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC

Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751 Fax: 221-2621
imprensa@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa:

Diretora: Eloá Coutinho de Miranda e Queiroz

Coordenador de Imprensa: João Batista Ramos

Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974

Editoração e Diagramação: Noeli Livi, Stela Martins

Redatores: Marise Ortega, Cleide Winckler, Rubens Vargas, Rose Mary Paz Padilha, Carlos Alberto Hinckel, com a colaboração dos assessores de bancadas

Revisão: Margareth Genovez

Fotografia: Jonas Lemos Campos, Giancarlo Gianni Bortoluzzi,

Solon Soares e Alberto Neves

Distribuição: Setor de Expedição

Impresso na Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos da ALESC

PRESIDÊNCIA

AL tentará votar projeto sobre plebiscito do Besc

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Onofre Agostini (PFL), vai reunir as lideranças das bancadas na próxima quarta-feira (2), às 9 horas, com o objetivo único de encontrar uma forma de colocar em votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 20/00, que convoca plebiscito entre os eleitores catarinenses para decidir sobre a perda, pelo governo do Estado, do controle acionário do Besc. A decisão foi tomada após uma reunião com representantes dos funcionários do banco em Florianópolis, que estão com suas atividades paralisadas desde a noite de ontem, e do Sindicato dos Bancários da Capital, que vieram pedir agilização na votação do projeto.



(foto Giancarlo Bortoluzzi)

Sindicalistas debatem com parlamentares

O presidente da Casa afirmou que vai se empenhar para que os líderes da situação e da oposição cheguem a um consenso quanto à matéria, uma vez que existe um fato novo: a greve dos

funcionários do Besc. “Como a situação do Besc é de interesse de todos os catarinenses, vamos nos esforçar para que a proposição seja votada nos próximos dias”, frisou Onofre.

O decreto legislativo tem como base o projeto do deputado Ronaldo Benedet (PMDB) que determina a realização de plebiscito para verificar se os eleitores do Estado são ou não favoráveis à privatização do Besc. O plebiscito, de acordo com o projeto, será dia 1º de outubro ou em outra data a ser definida pelo Tribunal Regional Eleitoral – TRE.

Os eleitores decidirão, ainda, se o Executivo poderá alienar, ceder ou praticar qualquer outro ato que importe na perda do controle acionário da empresa.

Também participaram do encontro os líderes do PMDB, João Henrique Blasi, do PT, Ideli Salvatti, e do PPS, Jaime Duarte.

Apoio a policiais rodoviários federais

Nesta quarta-feira (25), o presidente Agostini recebeu os representantes do Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais de Santa Catarina e prometeu empenhar-se, no âmbito do Legislativo, na resolução dos principais problemas apresentados.

Durante o encontro, o vice-presidente do Sindicato, policial Aci Souza, relatou a “precariedade das condições de trabalho” a que estão submetidos os PRFs. Entre as dificuldades, foram alinhados o número reduzido de pessoal, uma vez que o montante das vagas atuais não acompanhou a evolução do volume de tráfego, de furto de cargas, de acidentes e de contravenções penais; a sobrecarga de trabalho e a falta de segurança, nos postos policiais inclusive.

O deputado Agostini mostrou-se solidário com os PRFs pela morte de dois policiais em pleno exercício da função, no dia 13 de abril.

Concurso público - Ainda na sessão plenária de quarta-feira, Agostini encaminhou requerimento ao presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, ao ministro da Justiça, José Gregori, e à



(foto Jonas Alberto Neves)

bancada federal catarinense solicitando esforços “no sentido de abrir concurso público para que seja possível aumentar o efetivo em nosso Estado, já que postos serão desativados por falta de policiais”.

O parlamentar justifica que infelizmente Santa Catarina destaca-se no cenário nacional pelo elevado índice de

acidentes nas BRs - 116 e 101, muitos com vítimas fatais. Lembrando que as más condições de trabalho e salários defasados influem para que os problemas se acumulem, solicita que seja atribuída gratificação por desempenho em operações especiais a todos os policiais.

ESPECIAL

Deputados preocupados com a febre aftosa

“O problema de vacinar o rebanho, mesmo sem a doença, é que perderíamos um mercado que levou muito tempo para ser conquistado. É melhor correr o risco e não vacinar do que perder o mercado.”

Odacir Zonta

O secretário da Agricultura, Odacir Zonta, foi o convidado de destaque da sessão especial desta segunda-feira (23), requerida pelo deputado membro da Comissão de Agricultura Moacir Sopelsa (PMDB), para discutir o problema da febre aftosa. A doença, que há 11 anos não é registrada em Santa Catarina mas que já atingiu o Rio Grande do Sul e a Argentina - regiões que fazem fronteira com o Estado -, preocupa as autoridades catarinenses. O secretário lembrou que o último foco da

doença registrado em Santa Catarina foi em 1991. Em 98, o Estado foi considerado pelos organismos internacionais área livre de febre aftosa com vacinação. Através da imunização do rebanho, realizada durante vários anos, a conquista foi ainda maior: recentemente, Santa Catarina obteve a classificação de



Secretário Odacir Zonta

área livre de febre aftosa sem vacinação.

O deputado Ivan Ranzolin (PPB) perguntou ao secretário se o Estado tem controle total do assunto sem a vacinação dos animais. Já o deputado Sopelsa sugeriu a vacinação do rebanho nos municípios que fazem fronteira com as regiões atingidas pela doença. Zonta afirmou que não há risco iminente da doença apesar da proximidade dos focos e que a vacinação, caso fosse desenvolvida, obrigaria o governo a desembolsar cerca de R\$ 29 bilhões. “O problema de vacinar o rebanho, mesmo sem a doença, é que perderíamos um mercado que levou muito tempo para ser conquistado. É melhor correr o risco e não vacinar do que perder o mercado”, afirmou convicto, lembrando que todos os setores envolvidos com o problema, como Secretaria da Agricultura, sindicatos, cooperativas e vigilância sanitária estão alertas e avaliando o quadro a cada 20 dias, havendo 500 homens em plantão permanente nas fronteiras para evitar a entrada de animais no Estado.

O deputado Milton Sander (PPB) lembrou da importância do trabalho desenvolvido no Estado ao longo dos últimos anos na área de sanidade animal. “Somos invejados internacionalmente, e não só pelos países vizinhos, mas pela Europa e Canadá, o que aumenta nossa responsabilidade em impedir que a doença chegue até aqui”, reiterou.

Zonta: Epagri não demitiu funcionários

Já no seu depoimento na audiência pública realizada nesta segunda-feira (23) para apurar denúncias de demissões e perseguição política a engenheiros e técnicos da Epagri e Cidasc por parte do governo do Estado, especialmente nas regiões Oeste e Extremo Oeste, Odacir Zonta afirmou que de janeiro de 1999 a abril de 2001 essa empresa não demitiu nenhum funcionário, ao contrário da administração anterior, que dispensou 134 servidores de suas funções em todo o Estado.

A audiência, promovida em conjunto pelas Comissões de Direitos Humanos e de Fiscalização e Controle, presididas, respectivamente, pelos deputados Jaime Duarte (PPS) e Jaime Mantelli (PDT), foi requerida pelos deputados Herneus de Nadal (PMDB) e Afrânio Boppré (PT), em virtude das inúmeras denúncias por eles recebidas.

Compareceram à audiência diversas lideranças sindicais do setor agrícola, vereadores, prefeitos e representantes dos sindicatos das empresas envolvidas na questão. Eles foram unânimes em reafirmar que engenheiros agrônomos e técnicos agrícolas da Epagri estariam

sendo perseguidos por seus superiores por serem filiados a partidos políticos que não apóiam a atual administração, sendo demitidos e transferidos sem nenhum critério de seus municípios para outras cidades.

O secretário Odacir Zonta garantiu que desde o início da atual administração até hoje apenas duas demissões ocorreram na Cidasc por questão de responsabilidade funcional.

No que se refere às transferências, reconheceu que foram removidos 28 servidores em todo o Estado, mas esclareceu que a medida foi em decorrência de pedido dos próprios funcionários, por interesse da empresa, para missão especial ou por inadequação aos programas aos quais estavam subordinados. “No governo anterior foram transferidas 276 pessoas”, comparou.

Estiveram presentes, além de parlamentares estaduais das duas Comissões, o presidente da Cidasc, Fernando Driessen, o da Epagri, Dionízio Bressen Lemos, a deputada federal Luci Choinaski (PT) e o deputado federal Hugo Biehl (PPB).

COMISSÕES

Comissão debate tráfego de *bi-trens*

Restringir o número de rodovias estaduais e federais em SC autorizadas ao tráfego de *bi-trens* (veículos de transportes articulados) e definir rotas para sua circulação, adotar novas técnicas para construção e reforma de estradas, melhorar a qualidade do material utilizado nas obras e ter uma fiscalização mais rigorosa neste setor foram as principais sugestões apresentadas pela Comissão de Transportes, presidida pelo deputado Moacir Sopelsa (PMDB), no final da audiência pública realizada nesta terça-feira (24) com representantes do DER, da Fetransesc, da Polícia Rodoviária Estadual (PRE) e do Departamento de Engenharia da UFSC.

A audiência foi solicitada pelo deputado Gelson Sorgato (PMDB), preocupado com as inúmeras autuações a motoristas dos conhecidos *bi-trens*, por excesso de peso e pela ausência das autorizações especiais de trânsito.

O diretor-geral do DER, Edgar Roman, explicou que o



Audiência na Comissão de Transportes

problema é recente e que aumentou sensivelmente a partir de março deste ano, quando o tráfego destes veículos se intensificou. Até o momento já foram analisadas cerca de 50 solicitações de licenciamento, que são válidas por apenas um ano.

Para ele, o maior problema causado pelos *bi-trens* refere-se aos leitos das rodovias e às pontes, que muitas vezes têm suas estruturas danificadas pelo excesso de peso.

“Na região Sul do Estado perdemos praticamente 200 quilômetros de rodovias e várias pontes foram danificadas, fato que também aconteceu no Oeste”, revelou.

Outra dificuldade apontada pelo diretor do DER foi o fornecimento das licenças especiais

às transportadoras, cuja documentação, muitas vezes, está incorreta e em desacordo com a legislação vigente.

Roman comentou que o DER já está realizando estudos nas rodovias de SC com o objetivo de liberar algumas rotas para o tráfego dos referidos veículos. Entre as que estão em condições de uso destacam-se os trechos Chapecó/divisa com Rio Grande do Sul; Bom Jesus/Xanxerê; Taquara Verde/Çaçador; Otacílio Costa/BR-282; Iporã do Oeste/Itapiranga e Tubarão/São Ludgero.

Também participaram do encontro o deputado Jaime Mantelli (PDT), Rogério Lemos Cardoso, representando a PRE, Mônica Schipmann, da Federação de Transportadores de Santa Catarina, e Leto Monn, do Departamento de Engenharia da Universidade Federal de Santa Catarina.

CCJ aprova venda de ações da Casan

Foi uma longa discussão até que os deputados aprovassem na Comissão de Justiça o PLei nº 466/00, de origem governamental, que autoriza a venda de 19,3% das ações da Casan subscritas pela Celesc. A aprovação foi apenas com os votos da base governista, já que os deputados de oposição, contrários à venda, queriam a aprovação do substitutivo global apresentado pelo deputado João Henrique Blasi (PMDB), que previa a venda das ações preferenciais e não das ordinárias.

O diretor financeiro da

Casan, Enio Branco, argumentou aos parlamentares que as ações preferenciais não são atrativas para o mercado, já que apenas as ordinárias têm direito a voto e cadeira no conselho de administração da Casan. “Estamos na iminência de um processo de agravamento financeiro. Dentro de 45 dias vence uma operação feita em dólar, no valor de 64 milhões”, desabafou o diretor.

O projeto agora será encaminhado à Comissão de Finanças, que irá deliberar sobre o mérito, para posteriormente ser apreciado em Plenário.

Secretário fala sobre o Besc

O secretário da Fazenda, Antônio Carlos Vieira, compareceu novamente à Assembléia para falar sobre a federalização do Besc aos deputados da Comissão de Finanças, presidida pelo petista Afrânio Boppré, e atendendo requerimento da deputada Ideli Salvatti (PT).

Sobre o repasse inicial da União ao Estado, de R\$ 780 milhões, Vieira disse que o valor recebido, em títulos, veio para o banco como capitalização. “Esse valor deu fôlego ao banco, mas sou contra deixar o dinheiro parado. Penso que se for aplicado, esse valor pode render mais”, reiterou.

Ao ser questionado pela deputada Ideli Salvatti, o secretário informou que os próximos repasses, previstos no Orçamento de 2001, serão

realizados quando forem definidas as questões da Fusesc e do Plano de Demissão Incentivada (PDI). Para o deputado Jaime Mantelli (PDT), qualquer programa de demissão, mesmo que seja de iniciativa do funcionário, é injusto. Ele aproveitou para criticar o secretário por concordar com o parecer técnico do Banco Central, que classificou como caótica a situação financeira do Besc, o que culminou na sua federalização. “O parecer foi exclusivamente para atender os interesses do governo federal, que é privatizar”.

Ideli, que recebeu do secretário vários documentos sobre a federalização, declarou ao final da audiência que muitos aspectos continuam nebulosos.

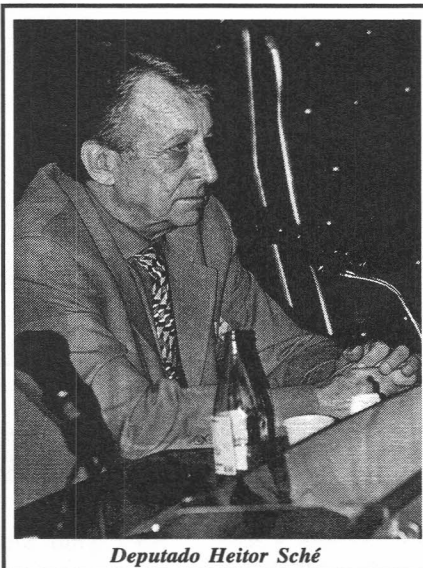
PLENÁRIO

Emenda Constitucional restringe voto secreto

Aprovada a admissibilidade do Projeto de Emenda Constitucional nº 01/01, de autoria do deputado Heitor Sché (PFL), que altera dispositivos da Constituição do Estado de Santa Catarina e, assim, elimina a exigência do voto secreto em votações na Assembléia Legislativa. A exceção fica para os casos de *impeachment* de governador, que continua a ser deliberado pelo escrutínio secreto.

Transparência na decisão de matérias importantes foi o principal motivo que levou Sché a apresentar a proposta que retira dos incisos XXIII e XXIV, que tratam da aprovação dos conselheiros do Tribunal de Contas e de titulares de outros cargos ou funções determinados por lei e da destituição do procurador-geral de Justiça, a expressão "por voto secreto". O mesmo acontece em relação ao artigo 44, que trata da perda do mandato de deputado, e ao artigo 54, que se refere à votação de vetos.

Em sua justificativa, o autor diz que "no estado democrático em que vive o País e



Deputado Heitor Sché

diante da necessidade de transparência, principalmente dos homens públicos, não se admite mais ficar escondido atrás de um voto secreto para decidir fatos no âmbito dos Poderes".

(foto Giancarlo Boroluzzi)

Celesc e Casan - Aprovada a admissibilidade do projeto de emenda constitucional do deputado Jaime Duarte (PPS) que envolve o futuro da Celesc e da Casan. De acordo com a proposta, o controle acionário das duas empresas pelo Estado passa a constar da Constituição Estadual.

Duarte afirma que as atividades do setor de geração e distribuição de energia, abastecimento de água e saneamento básico são extremamente complexas e importantes. Portanto, as decisões a respeito não podem ficar fora da Constituição e, como tal, devem ficar também sob o controle da Assembléia.

Todos os dois projetos voltam à Comissão de Constituição e Justiça, onde serão analisados. Posteriormente retornam ao Plenário para votação.

Terras para Joinville

Diante da possibilidade da Imbituba Administradora, da Zona de Processamento de Exportação (IAZPE), disponibilizar áreas de terras situadas no Distrito Industrial de Joinville para a prefeitura local, o deputado Adelor Vieira (PMDB) fez pedido de informação ao governador do Estado indagando qual a área disponível, em que época ela foi passada da Codisc para a ZPE, qual o valor da transferência da Codisc para a ZPE, qual o valor atual e em que condições o imóvel estará disponível para a Prefeitura Municipal de Joinville.

Morastoni denuncia diretor do HRSJ

Trazendo à opinião pública denúncias apresentadas pelo Sindicato dos Médicos de SC, na pessoa do presidente, Geraldo Swiech, o deputado Volnei Morastoni (PT) defendeu na tribuna a exoneração imediata do diretor geral do Hospital Regional de São José, Eduardo Bittencourt Filho, posição já tomada pelo sindicato em carta dirigida ao secretário de Saúde, João José da Silva, datada do último dia 13 de março. Contra Bittencourt existem denúncias de abuso do poder, tráfico de influência, mortes e seqüelas em pacientes e uso do dinheiro público em promoção pessoal. Além disso, a Polícia Federal investiga indícios de crimes eleitorais.

Qualificando de "falsa moralização" a gestão de Bittencourt no Hospital Regional de São José, Morastoni mostrou aos demais parlamentares documentos do próprio hospital que comprovam que o apartamento 7 está sob uso exclusivo da direção. Ele ainda frisou que há médicos que não atendem pelo SUS, cobrando diretamente do paciente, outra irregularidade reprovada também pelo Conselho Regional de Medicina (CRM).

Convite - Contrário à exoneração, o deputado Nelson Goetten (PPB) alegou que Eduardo Bittencourt humanizou o atendimento naquele hospital, e que os parlamentares devem ter cuidado para não cometer injustiças. Goetten propôs um convite ao diretor geral para um debate sobre o assunto na Assembléia Legislativa.

Regulamentada instalação de radares

Aprovado projeto de lei de autoria dos deputados Jaime Mantelli (PDT) e Gilmar Knaesel (PPB) que dispõe sobre a instalação de "pardais" - radar controlador eletrônico de velocidade nas vias públicas sob a responsabilidade do Estado. Desta forma, fica vedada a instalação de equipamento não homologado pelo Conselho Nacional de Trânsito. Também fica determinado que, para controle de limite máximo de velocidade permitida, será instalado, onde se fizer necessário, radar controlador eletrônico de velocidade. Já para o controle de velocidade com variações

a menor, a instalação de redutor eletrônico de velocidade é obrigatória.

Nas vias onde o Poder Público não sinalizar a existência dos equipamentos, a iniciativa privada poderá promover campanhas informativas e educativas sobre eles mediante a utilização de painéis do tipo *minidoor* e *outdoor*. Os órgãos responsáveis pela instalação dos equipamentos têm um prazo de até 90 dias para proceder às adequações necessárias. Terminado esse prazo, tornar-se-ão sem efeito as notificações emitidas por equipamento instalado sem a observância do previsto nesta lei.

Reajuste da Previdência

A Bancada do PT encaminhou mensagem aos presidentes do Senado e da Câmara Federal, aos líderes partidários e aos representantes de SC no Congresso Nacional solicitando empenho no sentido da aprovação da Medida Provisória nº 2022, para que seja aplicado o índice de 19,20% a todos os bene-

fícios da Previdência Social. Os deputados alertam que “o reajuste de apenas 5,57% concedido para os benefícios acima de um salário mínimo acarretará significativa perda para milhares de aposentados catarinenses, com reflexos na economia dos pequenos municípios do Estado”.

O caso Celesc/Sudam

O grau de comprometimento da Celesc com empreendimento empresarial no Estado do Amazonas, a Amazonas Ecopixes S/A, através da Sudam, está sendo questionado pelo deputado Jaime Mantelli (PDT) ao governador do Estado. Mantelli apresentou requerimento solicitando que o Executivo preste esclarecimentos sobre o caso, que foi motivo de representação apresentada pela deputada federal Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) à

representação do Governo de Santa Catarina na Capital Federal.

Mantelli justificou a solicitação dizendo que “a representação protocolada pela deputada amazonense suscita dúvidas quanto à participação da Celesc em investimento questionável do ponto de vista legal, o que contraria os princípios básicos apregoados pelo Governo do Estado quanto à transparência de suas ações e proibida administrativa”.

Saúde pública no Oeste

Indicação de autoria do deputado Herneus de Nadal (PMDB) ao governador e ao secretário da Saúde solicita uma solução imediata para os problemas enfrentados pela saúde pública na região Oeste. Pede o fim da situação “caótica e humilhante” que obriga os pacientes a ficar longe de seus familiares, sem condições de acomodação e de alimentação, enquanto esperam tratamento na Capital do Estado. “O atendimento mínimo na área da saúde pública está levando prefeitos da região a recorrer a contratos com empresas de transportes para viabilizar o traslado de pacientes em estado grave para Florianópolis”, disse Herneus.

Trabalho escravo

A deputada Ideli Salvatti (PT) manifestou sua indignação ao presidente da Comissão de Direito Humanos da Câmara dos Deputados e à bancada catarinense no Congresso Nacional pela ocorrência de trabalho escravo em alguns países da África. Segundo Ideli, “é fundamental que nosso país expresse, através do Itamaraty, sua revolta e seu inconformismo frente a essa situação. O Brasil possui uma dívida histórica

com os povos africanos, pois boa parte de sua riqueza foi construída com mão-de-obra escrava trazida da África”.

Entende a parlamentar que o Brasil deve manifestar veemente sua posição contrária à utilização da força de trabalho escravo em qualquer parte do mundo e suspender o comércio com países que convivem com essa prática desumana. “Nosso povo não pode consumir nenhum produto gerado pelo trabalho forçado”, enfatizou.

Proposições

Deputados Onofre Agostini e Antônio Aguiar, ambos do PFL, ao governador e ao secretário dos Transportes e Obras sugerindo a inclusão no Programa BID IV da construção do trevo de acesso ao município de Major Vieira, na SC-477, e da reforma do trevo de acesso a Pinheiro Preto.

Deputado Ronaldo Benedet (PMDB) ao superintendente da TIM Telesc Celular pedindo a implantação de antenas de telefonia celular nos municípios de Treviso, Lauro Müller, São João do Sul e Praia Grande.

Deputado Narcizo Parisotto (sem partido) aos prefeitos e presidentes das Câmaras de Vereadores de Itapema, Palhoça, Rio Negrinho e Itapoá cumprimentando-os pela passagem do aniversário de emancipação político-administrativa daqueles municípios.

Deputado César Souza (PFL) ao governador do Estado solicitando a dragagem do leito do Rio Tavares, no interior da Ilha, na Capital, para evitar os constantes alagamentos, motivados especialmente pela alta das marés.

Deputada Ideli Salvatti (PT) ao governador e ao diretor do Deter solicitando informações sobre os critérios adotados para a ocupação de espaços do Terminal Rita Maria, em Florianópolis, para fins comerciais.

Deputado Onofre Agostini (PFL) ao governador e ao secretário da Agricultura solicitando anistia dos valores referentes ao crédito de emergência que foi proporcionado aos agricultores, especialmente aos de baixa renda, no período de 1996 a 1997.

Deputado Ronaldo Benedet (PMDB) ao diretor da Telesc Brasil Telecom solicitando a realização de estudos para a implantação de rede de telefonia fixa na comunidade de Picadão, em Nova Veneza, e de telefones públicos nas comunidades de Cruz da Fortaleza e Vila Pé da Serra, em Pedras Grandes.

Deputado Herneus de Nadal (PMDB) ao secretário da Agricultura solicitando o envio da relação de municípios da gerência da Epagri em São Miguel do Oeste que dispõem de vagas para funcionários que ainda não foram providas.

Deputado Adelor Vieira (PMDB) aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de Rio Negrinho e Ibicaré cumprimentando-os pela passagem do aniversário de emancipação político-administrativa, comemorado este mês.

Deputado Onofre Agostini (PFL) ao presidente da TIM Telesc Celular solicitando a instalação de uma torre para recepção e transmissão de telefonia celular em Major Vieira, para atendimento aos municípios de Papanduva, Três Barras, Monte Castelo e Timbó Grande.

Deputado Manoel Mota (PMDB) ao Ministro dos Transportes pedindo abertura de concurso público na Polícia Rodoviária Federal.

Deputado Afrânio Boppré (PT) ao governador do Estado solicitando a relação das entidades que receberam subvenção social do governo do Estado no ano 2000 e os respectivos municípios, com a discriminação dos valores concedidos.

Deputado Manoel Mota (PMDB) ao presidente da República solicitando a inclusão do município de Araranguá como sede de uma das seis Varas da Justiça Federal a serem implantadas no Estado.

Deputado Rogério Mendonça (PMDB) ao governador do Estado indagando se existe projeto de asfaltamento da estrada que liga Lauro Müller a Treviso.

Deputado Gelson Sorgato (PMDB) ao governador e ao secretário dos Transportes e Obras solicitando pavimentação asfáltica na rodovia SC-466, que liga os municípios de São Domingos (SC) a Mariópolis (PR).

Deputado Ronaldo Benedet (PMDB) ao secretário da Saúde requerendo dados sobre a realização de cirurgias cardíacas e tratamentos de quimioterapia em Santa Catarina.

GERAL

Sessão solene homenageia os 90 anos da ACIJ

Fundada em 16 de fevereiro de 1911, a Associação Comercial e Industrial de Joinville (ACIJ) foi homenageada pelos parlamentares em sessão solene nesta segunda-feira (23), evento que contou com a participação de autoridades civis e militares daquele município e do Estado, inclusive do prefeito Luiz Henrique da Silveira (PMDB). Comandada pelo presidente da Assembléia, deputado Onofre Agostini (PFL), numa iniciativa do deputado Adelor Vieira (PMDB), a sessão foi prestigiada por muitos dos 650 associados da segunda mais antiga entidade representativa de Santa Catarina.

Ao enfatizar que a ACIJ tem como um dos principais objetivos liderar o desenvolvimento econômico de Joinville e melhorar a qualidade de vida de sua gente, Adelor lembrou que a entidade sempre defendeu a democratização dos impostos, entendendo que a simplificação da carga tributária aumentaria a competitividade dos seus associados. Citou, ainda, a campanha em 1994 pelo aumento da representatividade na Assembléia

Legislativa e na Câmara dos Deputados, a duplicação da BR-101 e o convênio com a Câmara de Arte e Ofício de Munique, na Alemanha, como exemplos de participação comunitária e busca para gerar novas oportunidades de trabalho.

Da mesma forma, o deputado João Rosa, líder do PTB, destacou o êxito da campanha pelo voto nos parlamentares joinvilenses, além da divulgação, no ano 2000, dos erros e acertos da duplicação da BR-101. O deputado Nilson Gonçalves (PSDB) citou nominalmente o presidente da ACIJ, Moacir Thomazzi, e os membros da diretoria, frisando como é difícil crescer com as anomalias da carga tributária praticada no Brasil. Por sua



Presidente Onofre e deputado Adelor recebem joinvilenses

vez, o deputado Jaime Duarte, líder do PPS, prestou uma homenagem não só aos empreendedores, mas também à classe trabalhadora de Joinville.

Moacir Thomazzi fez um breve histórico dos primeiros anos de atuação da ACIJ, ressaltando que a entidade participou de inúmeras campanhas de interesse nacional e que de suas fileiras saíram empresários de repercussão no País e exterior.

Onofre Agostini encerrou a sessão expressando sua honra em presidir uma homenagem a uma entidade, localizada num dos maiores pólos econômicos do Estado, que há 90 anos vem prestando relevantes serviços na capacitação e qualificação de mão-de-obra.

Agenda

Dia 3, às 9 horas – Depoimento na CPI da Sonegação do procurador-geral do Estado, Walter Zigelli, sobre a dívida ativa do governo do Estado.

Local: Sala da CPI

Dia 3, às 20 horas – Abertura da exposição de pinturas *Outono das Cores*, da artista plástica Valdez Terêncio.

Local: Galeria de Arte Meyer Filho

Dia 7, 18 horas – Sessão solene, requerida pelo presidente da Alesc, deputado Onofre Agostini (PFL), em comemoração ao *Dia da Vitória* e para o lançamento dos livros *Memória de um ex-combatente* e *Liberdade Escrita com Sangue*, dos autores José Edgar Eckert e Nilson Vasco Godin, respectivamente.

Local: Plenário

Dia 8, às 9 horas - Depoimento na CPI da Sonegação do contador de Pomerode Jairo Medeiros da Silva.

Local: Sala da CPI

Dia 9, às 10 horas – Depoimento na CPI da Sonegação de Luiz Antônio Agripino, fiscal de mercadorias em trânsito da Secretaria de Estado da Fazenda em Joaçaba.

Local: Sala da CPI

Dia 11, às 14h30min. – Audiência pública, promovida pela presidência e Comissão de Agricultura da Alesc, sobre *“Aplicações sócioeconômicas que a febre aftosa pode trazer para o Estado e o País”*, com o palestrante Luiz Carlos de Oliveira, secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura e do Abastecimento.

Local: Pavilhão de Remates da ExpoCentro, em Curitibaanos.

Site da Alesc

Desde esta quinta-feira (25) a Assembléia está possibilitando à sociedade catarinense o acompanhamento diário das atividades desenvolvidas pelos 40 parlamentares. Graças ao empenho dos servidores da Divisão de Informática, o projeto, desenvolvido sem ônus para a Casa, possibilitará que o noticiário executado pela Divisão de Imprensa seja acessado pelo site do Parlamento.

Endereço: www.ale-sc.gov.br opção *Notícias da Alesc*.